

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – ASTCERJ**

Aos vinte e três dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezenove, às quinze horas e trinta e cinco minutos, em segunda e última convocação, no Auditório Humberto Braga, situado à Praça da República, nº 54, Centro do Rio de Janeiro – RJ, foi dado início à Assembleia Geral Extraordinária da Associação dos Servidores do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro - ASTCERJ, pelo servidor Fábio Barbosa Garcez, Presidente da Assembleia, que em seguida leu a pauta de convocação, no qual foi discriminada a ordem do dia, qual seja:

1. Apresentar os impactos das duas propostas apresentadas na AGE de 12.08.2019, suas implicações e possíveis cenários em ambas as propostas e
2. Esclarecer as dúvidas trazidas na AGE de 12.08.2019 com relação ao novo contrato com a operadora UNIMED, bem como aprovar ou não, os novos planos da operadora, com novas faixas etárias e de acordo com as normas vigentes estabelecidas pela ANS. Em caso de aprovação do novo contrato, os planos atuais ofertados serão “congelados”, ou seja, não será permitida a inclusão de novos usuários, exceto recém-nato e recém-casado (em até 30 dias). Em seguida, passou a palavra ao Presidente da ASTCERJ, servidor José Carlos Gomes Soares, para apresentar sua proposta, esta, no entanto, ofereceu à servidora aposentada Maria Verônica de Souza Madureira a oportunidade de apresentar primeiro sua proposta, o que foi aceito pela mesma. Inicialmente, a Sra. Maria Verônica esclareceu que não é candidata à Presidência da ASTCERJ nas próximas eleições e em seguida passou a apresentar a sua proposta e as razões que a sustentam. Dentre os principais aspectos, cita: que deve haver um tratamento igualitário entre todos os associados e a forma de se estabelecer esta igualdade deve ser através da mensalidade; que a taxa de administração cobrada sobre os planos de saúde deve ser utilizada para a administração desses planos, tornando-se uma receita vinculada e não para se custear qualquer tipo de despesa; a diferença entre bonificação e taxa de administração e menciona que ao tornar fixa a bonificação, independente do desempenho do contrato, ela se transforma em comissão e o custo é repassado ao associado, na composição do valor final do plano; que deve haver adequação das despesas às receitas existentes e não a criação de receitas para poder realizar despesas; que as mensagens veiculadas no aplicativo *whatsapp* dizendo que era a favor do fim dos eventos sociais da ASTCERJ não tem fundamento; que entre 2014 e 2017,

ou seja, em 48 meses, em apenas 14 deles a ASTCERJ recebeu bonificação variável e que nem por isso deixou de realizar eventos, razão pela qual não haveria necessidade de se aumentar a despesa do associado; que a sinistralidade prevista no Contrato da Amil inicialmente era de 80% e depois foi negociado o percentual de 75%, aumentando desta forma o lucro da operadora de saúde e que isso não foi modificado em contrato; que o plano de saúde dos funcionários da ASTCERJ, que era custeado pela Amil, após acordo, passou a ser custeado pela Associação. Segue analisando as despesas da Associação e se posiciona: defendendo a obra da sede administrativa, questionando os gastos sociais e culturais, como por exemplo: o curso com a participação de eventos esportivos da FENASTC; o déficit do restaurante, os gastos da Presidência, inclusive com serviços de consultoria e com a Escola da ASTCERJ; a realização do curso de vinhos, de história da arte e de língua estrangeira. E para tanto propõe que a execução de cursos mediante convênios, que segundo a mesma foram extintos, e a realização de eventos voltados para os aposentados, para que a Associação atenda à universalidade dos associados. Segue com a palavra, questionando o gasto com festas na Ilha Fiscal e no Clube Germânia, propondo que os eventos sejam revistos e executados em lugares mais baratos; o desperdício com a compra de brindes de Páscoa, alegando que houve sobra de caixas de bombom no exercício de 2019; e, ainda, questiona o gasto com Momento Cultural e do Coral, dizendo que o Coral deve ser da ASTCERJ e não do TCE-RJ. Em seguida passa a apresentar sua proposta em relação à cobrança da taxa de administração dos planos de saúde da AMIL e da UNIMED (PROPOSTA 2), qual seja: 1 . Fim da taxa de administração (nenhum aumento); 2 Reposição dos Fundos de Reserva dos Planos de Saúde: AMIL: 2.1. Dividir o saldo hoje existente de modo proporcional entre AMIL E UNIMED, tendo por base as faturas do último mês pagas; 2.2. O valor da bonificação suspensa pela AMIL e cobrada dos usuários, que se encontra bloqueado por decisão do Conselho Deliberativo, deverá ser transferido de imediato para recompor o Fundo de Reserva. 2.3. Cobrar dos usuários da AMIL reposição de 2,5% do valor da despesa médica, até que se atinja o valor da fatura que serviu de base para divisão de que trata o item 2.1; 2.4. A cobrança a que se refere o item anterior retornará, automaticamente, sempre o Fundo cair para 80% do valor da fatura. Os associados deverão ser avisados do retorno da cobrança, bem como por quanto tempo ela se dará, com antecedência mínima de 30 dias. UNIMED: 2.5. Receberá por saldo anterior o valor obtido da divisão de que trata o item 2.1; 2.6. A recomposição do Fundo se dará com a utilização da bonificação variável paga por desconto na fatura da UNIMED; 2.7. Após atingido o valor da fatura

que serviu de base para a divisão de que trata o item 2.1. o valor da bonificação variável ficará disponível para a ASTCERJ, podendo ser utilizado para qualquer finalidade; 2.8. A recomposição de que trata o item 2.6 retornará, automaticamente, sempre que o Fundo cair para 80% do valor da fatura. Após explanação da Sra. Maria Verônica, o Presidente da mesa retorna a palavra ao Presidente da ASTCERJ, que passa a esclarecer os pontos abordados pela Sra. Maria Verônica, dizendo: que não foram realizadas despesas referentes à Escola da ASTCERJ e que a intenção não era criar uma escola formal, mas concentrar os gastos desta natureza já existentes; que os convênios não foram extintos, ao contrário, foram ampliados; que os cursos de idiomas são orientados para viagem e não se caracterizando como um curso regular; que os servidores aposentados podem participar de todas as atividades esportivas e culturais, pois não há distinção de direitos entre ativos e inativos, com exceção da Reunião Anual dos Aposentados, que somente os servidores inativos podem participar; que a sede administrativa será inaugurada no aniversário da ASTCERJ. Segue comentando que o restaurante sempre foi um problema; que o déficit do mesmo é impactado pelo fato dos funcionários da ASTCERJ almoçarem no restaurante e não ganharem ticket refeição; que foram realizadas obras fundamentais para segurança dos funcionários e que foi feita a troca do sistema de exaustão, e por conta dessas obras o restaurante precisou ficar fechado por alguns dias, diminuindo a receita arrecadada. Dá sequência à sua explanação dizendo que os serviços de consultoria foram necessários para avaliar as funções dos funcionários da Associação, visando mensurar a real necessidade do quantitativo de funcionários; que o gasto com o Encontro de Corais na Ilha Fiscal ficou acima do esperado por conta da falta de estrutura do local, mas que havia economizado em diversas outras atividades. O Presidente da ASTCERJ segue esclarecendo a importância dos eventos realizados pela Associação como a Festa de Aniversário no Lajedo, que estaria toda paga, Festa Junina, Dia da Mulher e do Homem e Encontro com os Aposentados; que desconhece a sobra excessiva dos brindes de Páscoa; que o Momento Cultural custará anualmente em torno de R\$ 22.000,00; que manter o Coral do Tribunal de Contas era um compromisso de campanha e que todos os eventos foram aprovados pelo Conselho Deliberativo. E ainda, que os pagamentos de eventos foram adiantados para se ter um segundo semestre mais tranquilo. A servidora Sandra Simone Martins acrescenta que a ASTCERJ não financia a passagem ou inscrição dos servidores para participação em eventos esportivos, apenas oferece camisas e bonés e o José Carlos acrescenta que a Associação apenas custeia algumas quadras e professores para alguns esportes. O Presidente da ASTCERJ passa

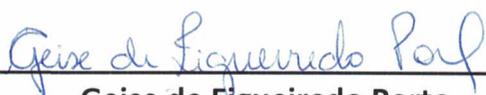
então a esclarecer questões em relação aos Planos de Saúde e menciona: que a AMIL não mais custeará o plano de saúde dos funcionários da ASTCERJ, para que a operadora não use isso como argumento em negociações futuras e que esse fato foi financeiramente vantajoso; que a criação da bonificação fixa foi vantajosa para Associação porque, conforme dito, tendo em vista que em 48 meses foram recebidas a bonificação em apenas 14 deles; que para manter um bom índice de sinistralidade ou aumenta-se a receita ou diminui-se a despesa, mas alerta que 70% dos gastos do plano de saúde correspondem às internações, tornando inevitável grande parte da despesa; que o ponto de equilíbrio do contrato na Amil é de 0,75 e na Unimed é de 0,70, mas que para os próximos dois anos acordou um ponto de equilíbrio de 0,80; que tem negociado com os Planos de Saúde e conseguiu reduzir os reajustes anuais; que negociou a transformação da bonificação variável em bonificação fixa, sendo que ao invés de desconto na fatura, foi cobrada do associado como taxa de administração, tendo em vista que o reajuste cobrado pela operadora foi dividido entre aumento do valor do plano de saúde e aumento da taxa de administração, mas que não houve desembolso a maior os servidores, apenas mudou a forma de cobrança. Passa então a falar da Proposta 1, destacando que neste momento não há falta de dinheiro na ASTCERJ e sim uma boa reserva, mas que a Associação já passou por momentos de dificuldade financeira; que no último ano foi possível aumentar a reserva financeira por conta da negociação com a AMIL; que o importante é manter a capacidade financeira da Associação para o futuro que se apresenta; que sua proposta é estabelecer uma taxa de 5% de taxa de administração dos planos da AMIL, menor do que o percentual de 5,56% ora cobrado; que o novo contrato da UNIMED também deve ter uma taxa de administração de 5% e o contrato antigo permanece com a bonificação variável; e que o objetivo de tudo isso é manter o Fundo Garantidor. Em seguida, o Presidente da ASTCERJ passa a palavra para a servidora Marcia Vasconcellos dos Santos, que apresentou a evolução do tratamento das bonificações do contrato do AMIL e dos seus termos aditivos ao longo dos anos; reforça a necessidade da liberdade financeira da Associação; que os Presidentes da Associação ao longo dos tempos sempre tentaram manter esta saúde financeira, inclusive negociando bonificações junto às operadoras de planos de saúde; alerta sobre a necessidade de a Associação integrar todos os servidores e menciona que a Associação deve manter um Fundo de Reserva para custear os dois planos de saúde (AMIL e UNIMED), independente de qual grupo contribui para a sua formação. O Presidente da mesa retorna a palavra ao servidor José Carlos, que esclarece que os recursos foram bloqueados pelo Conselho Deliberativo, mas

que isso não era mais uma realidade e passa a apresentar a proposta da Diretoria (PROPOSTA 1), qual seja: 1) Incorporar a bonificação de 4% na Taxa de Administração, fixando a mesma em 5% (atualmente 1,5%), fato este que equalizaria os percentuais dos Planos AMIL e UNIMED; e 2) Mensalmente, 2,5% devem ser aplicados no Fundo Garantidor dos Planos de Saúde (fundo de reserva), ou seja, 50% do valor recebido – AMIL e UNIMED. Começa apresentando os pressupostos da proposta da Diretoria: redução do custo para o associado de R\$ 15,00 na média, em função da diminuição da taxa de administração de 5,56 % para 5%; destinação de 25% da receita da ASTCERJ para o Fundo Garantidor; destinação de 100% dos rendimentos dos contratos de plano de saúde, dos rendimentos para Fundo de Reserva e 2,5% da bonificação do contrato da Unimed para o Fundo Garantidor; manutenção do quadro de funcionários; funcionamento normal da sede administrativa e do restaurante, manutenção das atividades sociais e esportivas, e permanência dos associados sem plano de saúde e manutenção do valor da mensalidade. A servidora Maria Verônica se posiciona, mencionando que poderia manter na Proposta 2 essas mesmas atividades, porém adequando os custos à realidade da receita da Associação e destaca que se a Associação tem recursos não precisaria onerar os associados da AMIL, e acrescenta que os recursos cobrados sem autorização da Assembleia não deveriam ter sido utilizados, o que o Presidente da ASTCERJ esclarece que não foi e que os mesmos permaneceram aplicados. O Presidente José Carlos segue apresentando a simulação da situação financeira do Fundo de Garantidor, caso a Proposta 1 seja vencedora, informando que no final de 2020 haveria uma reserva financeira proporcional a uma fatura mensal, e que o valor não revertido ao Fundo Garantidor continuaria mantendo as outras atividades relacionadas à qualidade de vida e bem estar, quais sejam: custo anual de assistência, custo de assistência à saúde, ASTCERJ – Saúde, Diretoria Esportiva, pilates, vacinas e ainda sobriam em torno de R\$63.000,00 a serem direcionados à saúde do associado. Em seguida, o Presidente José Carlos passa apresentar simulações sobre a situação financeira da Associação caso a Proposta 2 seja vencedora, citando que haveria uma diminuição média imediata de aproximadamente R\$80,00 no custo para o associado, mas que diminuiria as receitas da Associação em 25%; que as demais receitas, inclusive as de rendimentos dos valores dos contratos de plano de saúde e as receitas do Fundo de Reserva seriam direcionados ao Fundo Garantidor; que o contrato atual da Unimed precisaria bonificar a Associação em 5% para manter a situação financeira proposta. A associada Maria Verônica esclarece que na sua proposta esses recursos seriam revertidos ao Fundo Garantidor até o atingimento da

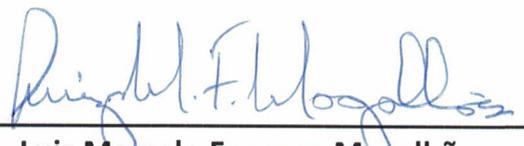
proporção de uma fatura, levando o Presidente José Carlos a retificar os impactos da Proposta 2. Ele segue com a palavra, mencionando que se aprovada a Proposta 2, haveria um déficit financeiro e seria necessário um aumento de mensalidade, o que poderia ocasionar a saída de servidores que não possuem plano de saúde da Associação; e, por fim, que seria necessário reduzir o quadro de funcionários em 50%. Maria Verônica ressalta, no entanto, que tal fato seria uma decisão para o próximo Presidente da Associação. O Presidente da mesa faz um adendo e ressalta que se o Rio de Janeiro sair do Regime de Recuperação Fiscal, os servidores teriam problema para receber seus salários, o que Maria Verônica acrescenta que por isso mesmo os servidores devem ter cuidado em assumir despesas. O Presidente José Carlos menciona que a Associação tem em torno de R\$ 4,1 milhões e que esse valor daria para cobrir entre 2 e 3 meses da parte da fatura dos planos de saúde referente aos aposentados, caso haja atraso do pagamento dos mesmos. O Presidente da mesa retoma a palavra, sugere que os servidores avaliem as duas propostas e votem, avisando que em seguida seria aberta oportunidade aos servidores presentes para apresentação de novas propostas. O servidor Ronan Alves Costa esclarece que os valores cobrados sem autorização formal não estavam bloqueados pelo Conselho Deliberativo. Complementando a fala do Ronan, o Presidente da mesa esclarece que os recursos foram inicialmente contingenciados pelo Conselho Deliberativo e posteriormente liberados. O servidor Ronan segue com a palavra, mencionando que há despesas passíveis de serem cortadas, mas que as mesmas constam das propostas dos candidatos e que foram corroboradas nas eleições, quando a chapa foi vencedora. Em seguida lê uma manchete de reportagem sobre o risco do Rio de Janeiro sair do Regime de Recuperação Fiscal, dizendo que os servidores devem se preparar para este cenário. Por fim, sugere que seja retirado da Proposta 2, o item 2.2, já que os recursos não estavam bloqueados pelo Conselho Deliberativo e para a Proposta 1, sugere que o percentual da taxa de administração seja de até 5% e não 5% fixos, sendo que o Conselho Deliberativo decidiria o percentual em função da situação financeira da ASTCERJ. Ronan menciona ainda que apresentação feita pela Maria Verônica dá a impressão que no Plano da UNIMED não há qualquer pagamento de bonificação, ao que esclarece que tanto a AMIL quanto, a UNIMED pagam bonificação, mas que no caso da AMIL a mesma se apresenta como taxa de administração e opina que os dois planos deveriam pagar taxas iguais. Maria Verônica esclarece que sua apresentação foi feita com base nos demonstrativos disponíveis na internet e em informações fornecidas por 6 (seis) servidores e que se baseiam no formato de cobrança

feito pela ASTCERJ ao associado e que no caso da UNIMED, a bonificação era variável, paga pela empresa e não cobrada do servidor. Em seguida aceita a proposta do Ronan, de retirar do item 2.2 a expressão “que se encontra BLOQUEADO por DECISÃO do CONSELHO DELIBERATIVO”. O José Carlos também acatou a sugestão do Ronan, quanto à alteração da sua proposta, desde que mediado pelo Conselho Fiscal. O servidor Abel Luiz Ferreira Oliveira levanta dúvida a respeito da proposta 1, quanto ao limite do Fundo Garantidor, já que o percentual de 2,5% de taxa de administração cobrada do associado da AMIL seria destinado ao Fundo, bem como 2,5% da bonificação da UNIMED. O Presidente da Associação então incluiu uma alteração na Proposta 1, de que o Conselho Deliberativo decidiria sobre o limite do Fundo Garantidor, assim como o percentual da taxa de administração conforme sugerido pelo servidor Ronan. O Presidente da mesa explica que a votação será mediante a entrega do cartão verde, distribuído aos servidores na entrada do auditório, quando colocada a proposta em votação. Foram recolhidos os cartões dos integrantes da mesa e em seguida foi dado o início ao processo à votação da Proposta 1, que recebeu 90 votos favoráveis, contados publicamente. Posteriormente colocou a Proposta 2 em votação que recebeu 23 votos, contados publicamente. O Presidente da mesa declara que a Proposta 1 foi vencedora e questiona se alguém queria apresentar outra proposta, sem que qualquer associado tenha se manifestado. Após votação, o servidor Abel menciona que a proposta 1, alterada pelo José Carlos, não correspondia à sua sugestão, que seria de após atingimento da meta do Fundo Garantidor, o percentual cobrado do associado da AMIL reduzisse para 2,5% e a bonificação recebida pela UNIMED não ficasse atrelada ao Fundo Garantidor, podendo ser utilizada nas demais despesas da Associação. O José Carlos esclarece que a Proposta 1, vencedora na Assembleia, era de que o limite do Fundo de Garantidor e o percentual cobrado ao associado da AMIL, seriam decididos pelos Conselhos Fiscal e Deliberativo. O servidor Mauro da Silva Thomaz questiona qual é o limite do teto do Fundo Garantidor o que foi esclarecido pelo Presidente José Carlos que quando atingir a relação 1 para 1 entre as faturas do plano de saúde e o Fundo Garantidor, o Conselho Deliberativo seria convocado para decidir sobre o percentual que seria cobrado dos servidores a título de taxa de administração. O servidor Luiz Marcelo Fonseca Magalhães sugere que o taxa de administração que deixasse de ser cobrada pudesse ir para um Fundo Negocial que pudesse ser revertido aos associados da AMIL, o que foi esclarecido que as questões do Fundo Garantidor e limite serão decididos pelo Conselho Deliberativo, conforme proposta vencedora. O Presidente da ASTCERJ segue apresentando a proposta

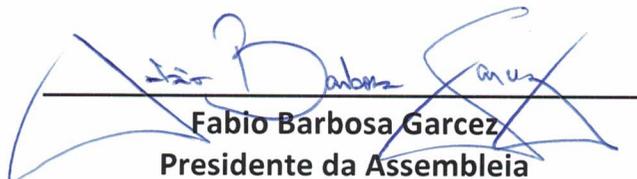
da adoção do novo contrato da UNIMED, entretanto o servidor Mauro da Silva Thomaz alerta que seria inoportuno deliberar sobre esta questão, pois a Assembleia já estava esvaziada, embora houvesse quórum para deliberação dos assuntos em pauta. Segue alertando sobre as regras de portabilidade, bem como a questão da sinistralidade e a data de aniversário do contrato, principalmente sobre o fato dos associados com menos de 54 anos migrarem para o plano novo da UNIMED e esvaziarem os demais planos, tanto da UNIMED, quanto da AMIL, e sugere o adiamento para maior reflexão. O Presidente da ASTCERJ concorda que assunto exige maiores estudo e sugere que a Assembleia seja encerrada e outra convocada para discutir a questão do novo contrato da UNIMED, sendo que o servidor Mauro Thomaz solicita que a Diretoria renegocie com a UNIMED os termos do contrato e traga à Assembleia uma nova proposta. O servidor Maurício Guerreiro Neme sugere a inclusão do plano Ômega Plus na proposta e a servidora Adriana Jacob questiona como ficarão os servidores da AMIL que migrarem para UNIMED e estiverem em tratamento continuado. O Presidente da ASTCERJ responde que iria negociar no sentido de garantir a portabilidade junto à UNIMED nos melhores termos para o Associado. A servidora Joanna Granja Sant'anna questiona qual o posicionamento da ASTCERJ no caso do servidor migrar para o novo contrato da UNIMED, já que no primeiro mês seriam pagas duas mensalidades e o Presidente da ASTCERJ respondeu que se forem poucas pessoas, a ASTCERJ poderá arcar com os custos, mas que se forem muitas pessoas não será possível, mas que estudaria o caso. O Presidente da mesa colocou em votação o adiamento da decisão sobre o novo contrato da UNIMED o que foi acatado por unanimidade. Às dezessete horas e cinquenta e cinco minutos, nada mais havendo a deliberar, o Presidente da mesa, declara encerrada a Assembleia. E para constar, nós, Geise de Figueiredo Porto e Luiz Marcelo Fonseca Magalhães lavramos a presente Ata que será assinada por nós e pelo Presidente da presente Assembleia.



Geise de Figueiredo Porto
Secretária da Reunião



Luiz Marcelo Fonseca Magalhães
Secretário da Reunião



Fábio Barbosa Garcez
Presidente da Assembleia